
GUIA PRÁTICO · DIREITO DA SAÚDE

Cirurgia Robotica para Endometriose

Plano negou a cobertura? Entenda seus direitos,
os fundamentos jurídicos e como obter a autorização judicial.

Fabio Persequino · OAB/RJ 262.463
persequino.adv.br

Endometriose Profunda e Cirurgia Robotica

A endometriose profunda é uma doença severa em que o tecido endometrial infiltra órgãos e estruturas para além de 5 mm de profundidade — atingindo intestino, bexiga, ureteres, ligamentos uterossacos e nervos pélvicos. Causa **dores incapacitantes**, pode comprometer a fertilidade e frequentemente exige tratamento cirúrgico.

A **cirurgia robotica** (cirurgia robot-assistida) oferece ao cirurgião uma visão 3D de alta definição e braços mecânicos com amplitude de movimento superior à mão humana. Em espaços anatómicos reduzidos e próximos a estruturas nobres, a precisão milimétrica da plataforma robotica:

- Reduz drasticamente o risco de sangramento e lesões em órgãos saudáveis
- Preserva a capacidade reprodutiva da paciente
- Garante recuperação mais rápida e menos dolorosa
- Permite ressecção completa de focos profundos com maior segurança

Resolução CFM 2.311/2022: O Conselho Federal de Medicina regulamentou a cirurgia robotica no Brasil, reconhecendo expressamente suas vantagens tanto para o paciente quanto para o cirurgião. A técnica não é "luxo" — é indicação médica fundamentada.

Por Que o Plano de Saúde Nega

As operadoras utilizam **tres argumentos recorrentes** para negar a cobertura da cirurgia robotica. Todos são refutáveis:

Argumento da operadora	Por que está errado
"Cirurgia robotica não consta no rol da ANS"	O rol é referência básica, não lista fechada (Lei 14.454/2022). Além disso, a endometriose é doença coberta — a técnica é escolha do médico, não do plano.
"Não há cobertura contratual para a tecnologia"	Clausula contratual que limita a técnica cirúrgica e abusiva (CDC, art. 51, IV). O STJ pacificou que o plano não pode determinar a técnica.

"Existem alternativas menos custosas"

A decisao sobre a tecnica mais adequada e exclusiva do medico assistente. A operadora nao tem legitimidade para substituir o julgamento clinico.

A "**taxa do robo**": Algumas operadoras aprovam a cirurgia, mas cobram da paciente uma "taxa" pelo uso da plataforma robotica – valor que pode chegar a dezenas de milhares de reais. Essa cobranca tambem e ilegal: se o procedimento e coberto, todos os insumos necessarios a sua realizacao devem ser custeados integralmente pelo plano.

SECAO 03

Fundamentos Juridicos para Reverter a Negativa

A jurisprudencia brasileira oferece fundamentos solidos e consolidados para combater a negativa. Estes sao os principais:

1. STJ – Tecnica e escolha do medico

O Superior Tribunal de Justica pacificou que o plano de saude pode definir as doencas cobertas, mas **nao pode determinar qual tecnica cirurgica sera utilizada**. Se a endometriose e doenca coberta, a tecnica indicada pelo especialista tambem deve ser (REsp 1.874.078).

2. Lei 14.454/2022 – Rol como referencia basica

Alterou o art. 10 da Lei 9.656/98, estabelecendo que o rol da ANS e **referencia basica** – nao lista fechada. Procedimentos fora do rol devem ser cobertos quando houver comprovacao cientifica de eficacia e prescricao por profissional habilitado.

3. ADI 7.265/STF – Taxatividade mitigada

Em setembro de 2025, o Supremo Tribunal Federal julgou a ADI 7.265 e fixou teses com efeito vinculante, consagrando a **taxatividade mitigada** do rol. A cobertura de tratamento fora do rol e devida quando preenchidos **cinco requisitos cumulativos**:

1. Prescricao por medico ou odontologo assistente habilitado
2. Inexistencia de negativa expressa da ANS sobre o procedimento
3. Inexistencia de alternativa terapeutica adequada no rol
4. Comprovacao de eficacia e seguranca baseada em evidencias cientificas
5. Registro na Anvisa

Na prática: A cirurgia robótica para endometriose preenche todos os cinco requisitos — e prescrita pelo médico, não foi expressamente negada pela ANS, há evidências científicas robustas de sua eficácia, e as plataformas robóticas possuem registro na Anvisa.

4. RN 654/2025 da ANS — Primeira cirurgia robótica no rol

Desde abril de 2026, a prostatectomia robótica assistida foi incluída no rol como cobertura obrigatória — a **primeira cirurgia robótica expressamente prevista**. Embora específica para câncer de próstata, essa inclusão consolida o reconhecimento institucional da técnica robótica como tratamento legítimo dentro do sistema de saúde suplementar.

5. Resolução CFM 2.311/2022

Regulamentou a cirurgia robótica no Brasil, conferindo legitimidade técnica à indicação. O Conselho Federal de Medicina reconheceu as vantagens da técnica e estabeleceu critérios para sua realização.

6. CDC — Proteção do consumidor

A Súmula 608 do STJ confirma a aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde. Cláusulas que limitam a técnica cirúrgica são nulas por restringir direitos do consumidor (art. 51, IV, CDC).

SECAO 04

A Tática das Operadoras: Agravo de Instrumento

Mesmo quando a paciente obtém tutela de urgência favorável em primeiro grau — determinando que o plano custeie a cirurgia robótica —, as operadoras frequentemente interpoem **agravo de instrumento** pedindo efeito suspensivo.

Na prática, essas peças recursais costumam ser **genéricas**: repetem argumentos-padrão sobre o rol da ANS, ausência de cobertura contratual e suposta inexistência de urgência — sem enfrentar as particularidades do caso concreto. É uma estratégia de volume: a operadora espera que a paciente desista enquanto o processo tramita.

Contrarrazões estratégicas: As contrarrazões ao agravo precisam ser específicas e técnicas: devem demonstrar que a petição da operadora é genérica, que ignora as provas médicas já produzidas e que a suspensão da tutela expõe a paciente a risco real de progressão da doença. Uma defesa bem fundamentada nessa fase é determinante para manter a liminar.

Por isso, é essencial que o advogado esteja preparado para essa fase recursal **desde o início** — a tutela de urgência deve ser instruída com provas tão robustas que dificultem a concessão de efeito suspensivo ao agravo.

SECAO 05

O Caminho Judicial: Tutela de Urgência

A dor da endometriose não pode esperar a má vontade administrativa da operadora. Em casos de risco de progressão da doença ou sofrimento agudo, a via mais eficaz é a **judicialização imediata** com pedido de tutela de urgência (art. 300 do CPC).

Requisitos da tutela de urgência (art. 300, CPC):

- **Probabilidade do direito:** demonstrada pela prescrição médica, negativa formal do plano e fundamentos jurídicos consolidados
- **Perigo de dano:** risco de progressão da endometriose, comprometimento de órgãos, perda da fertilidade, agravamento da dor

A tutela pode ser deferida inclusive em **regime de plantão judicial** nos casos de risco iminente. Uma vez concedida, o plano é obrigado a autorizar a cirurgia robótica integralmente — incluindo equipe médica, materiais e uso da plataforma robótica — sob pena de **multa diária (astreintes)**.

Danos morais: Além da cobertura da cirurgia, é possível pleitear indenização por danos morais decorrentes da negativa injustificada, especialmente quando comprovado o agravamento do quadro clínico ou sofrimento prolongado pela espera.

SECAO 06

Documentos Essenciais

Quanto melhor documentado o caso, mais rápida a obtenção da tutela. Reuna **antes** de procurar o advogado:

Relatório médico detalhado do cirurgião

Deve explicar: (a) por que a técnica robótica é necessária para aquele caso específico; (b) grau de infiltração da endometriose; (c) órgãos comprometidos; (d) risco de lesão com técnica convencional; (e) impacto na fertilidade.

Exames de imagem

Ressonancia magnetica pelvica com preparo intestinal e/ou ultrassonografia transvaginal com preparo. Devem demonstrar a extensao e profundidade da doenca.

Negativa formal do plano

Por escrito. Se a negativa foi verbal, registre imediatamente por e-mail ou protocolo no SAC. A negativa formal e prova essencial.

Carteirinha e contrato do plano

Ou condicoes gerais disponiveis no site da operadora. Serve para comprovar a vigencia e as coberturas contratadas.

Historico medico

Laudos anteriores, cirurgias previas, tratamentos hormonais tentados sem sucesso — demonstram que a cirurgia robotica nao e primeira opcao, mas a indicada apos esgotamento de alternativas.

SECAO 07

Perguntas Frequentes

A cirurgia robotica e considerada experimental?

Nao. A Resolucao CFM 2.311/2022 regulamentou a cirurgia robotica no Brasil. Alem disso, a propria ANS incluiu a primeira cirurgia robotica no rol (prostatectomia, RN 654/2025). A tecnica e reconhecida, regulamentada e baseada em ampla evidencia cientifica.

O plano pode exigir que eu faça a cirurgia por laparoscopia convencional?

Nao. A escolha da tecnica cirurgica e ato exclusivo do medico assistente. O plano pode definir quais doencas cobre, mas nao pode interferir na conduta medica. Esse e o entendimento consolidado do STJ.

O que e a "taxa do robo" e posso ser cobrada?

E um valor que algumas operadoras ou hospitais cobram pelo uso da plataforma robotica, separado do custo do procedimento. Se o plano e obrigado a cobrir a cirurgia robotica, todos os insumos — inclusive o uso do robo — devem ser custeados integralmente. A cobranca e ilegal.

Quanto tempo leva para conseguir a tutela de urgencia?

Em muitos casos, a tutela pode ser deferida em 24 a 72 horas apos o ajuizamento. Em situacoes de risco iminente, e possivel obte-la em regime de plantao judicial, inclusive em fins de semana e feriados.

Posso pedir indenizacao por danos morais?

Sim. A negativa injustificada de cobertura, especialmente quando causa agravamento do quadro clinico, sofrimento prolongado ou risco a saude, pode configurar dano moral indenizavel. A jurisprudencia e favoravel.

Preciso esgotar a via administrativa antes de entrar na Justica?

Nao. Nao ha obrigatoriedade de recurso administrativo previo para acoes contra planos de saude. A paciente pode judicializar imediatamente apos a negativa.

SECAO 08

Checklist: O Que Voce Precisa

Documentos medicos:

- Relatorio medico detalhado com indicacao da tecnica robotica
- Ressonancia magnetica pelvica com preparo intestinal
- Ultrassonografia transvaginal com preparo (se disponivel)
- Laudos de exames anteriores e historico de tratamentos
- Receitas de medicamentos em uso

Documentos do plano de saude:

- Negativa formal por escrito (ou protocolo do SAC)
- Carteirinha do plano de saude (frente e verso)
- Contrato ou condicoes gerais do plano
- Comprovantes de pagamento das mensalidades

Para a acao judicial (alem dos anteriores):

- Orcamento da cirurgia robotica (hospital e equipe)
- Declaracao do medico sobre urgencia do procedimento
- Comprovantes de gastos com tratamentos paliativos
- Fotos/registros do impacto da doenca na vida diaria
- Declaracao de hipossuficiencia (para gratuidade da justica)

Plano negou sua cirurgia robotica?

Avaliamos seu caso sem compromisso.
Atendimento 100% remoto com o advogado responsavel.

persequino.adv.br

(21) 96620-5940

Fabio Persequino · OAB/RJ 262.463

Este material tem natureza meramente informativa e nao constitui parecer juridico,
em conformidade com o Provimento 205/2021 do Conselho Federal da OAB.